



IMPACTO DO GASTO PÚBLICO NA AMPLIAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO PERÍODO DE 2003 A 2016

Bolsista: Carla Eduarda Franco de Lima

Orientador: Pedro Linhares Rossi

RESUMO

Este projeto buscou cumprir com o objetivo geral proposto-analisar a educação superior brasileira, no período de 2003 a 2016, visando entender como as decisões de gasto do Estado influenciam no cumprimento das metas de democratização, ampliação e interiorização do ensino superior. Além disso, de modo geral, intencionou-se responder a seguinte questão: a expansão da educação superior no Brasil, assim como a inclusão por ela gerada, está comprometida pelo Novo Regime Fiscal? Isto é, a expansão do ensino superior, assim como as demais metas do Plano Nacional de Educação 2014- 2024 podem não ser cumpridas em razão da imposição de um teto de gastos para o governo federal que irá vigorar por vinte anos, a partir de 2016, previstos pela Emenda Constitucional 95/ 2016?

Palavras chaves: gasto público, ensino superior brasileiro, austeridade fiscal, Emenda Constitucional 95/2016, Planos Nacionais de Educação

INTRODUÇÃO

A educação é uma das melhores estratégias para que um país consiga alcançar patamares elevados de desenvolvimento, sendo a desigualdade neste setor um dos fatores que mais determina e acentua a pobreza e as diferenças econômicas numa nação (Campello, 2017). Além disso, segundo Dias Sobrinho (2002), a educação superior tem também o papel de ajudar a solucionar problemas na matriz produtiva do país, como os da produção da alta tecnologia, formação de mão de obra de alto nível, treinamento e atendimento de demandas imediatas do mundo do trabalho.

Desta forma, é de extrema importância que os Governos deem suporte para que seu desenvolvimento seja efetivo e amplo. Em vista disto, deve-se ter como instrumento de avanço econômico o investimento no ensino, e em sua constante melhoria. Contudo, esta alocação de recursos para o ensino superior ficou comprometida pela proposta de Novo Regime Fiscal do Governo Temer (2016- 2018), firmado na Proposta de Emenda Constitucional 241/ 2016, depois confrontada no Senado como PEC 055/ 2016, e aprovado como Emenda Constitucional EC 95/ 2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gasto com o Ensino Superior cresceu nos últimos anos, decorrente das novas políticas de ampliação e democratização, como expansão no número de faculdades e institutos federais, assim como o aumento no número de vagas ofertadas. Houve também um aumento no número de políticas de inclusão e democratização do ensino, responsáveis por uma mudança no perfil dos estudantes universitários. O dispêndio com a educação superior faz parte das despesas primárias do Governo, que custeiam os investimentos realizados nesta área. Além disso, há também os gastos tributários para ensino superior, que representam as políticas públicas que ao invés de serem custeadas por gastos do Tesouro Nacional, o são por isenções e desonerações tributárias.

No que tange o Ensino Superior público, a partir de 2003 ele começou a receber forte atenção, para reverter o quadro de deterioração que sofreu nos anos interiores. De acordo com o MEC, a reforma da educação superior teria de estar embasada em três pilares: refinanciamento das universidades públicas, transformar a universidade pública em referência para toda a educação superior e estabelecer nova regulação entre o sistema público e privado (Corbucci, 2004).

A Tabela I, apresenta a evolução dos gastos primários com a Educação, no período de 2008 a 2017. Desde 2008 até 2016, a despesa primária para a sub função educação sofreu expansão. Em 2016, o gasto primário da União em educação totalizou R\$ 124 bilhões, sendo R\$ 77,3 bilhões com educação superior, onde é alocada a maior parte da receita.

Tabela I: Gasto Primário em educação 2008-2017 (R\$ bilhões constantes de 2017).

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Educação	61,4	71	90	98,7	113	119	130	127	124	117
Educação Superior e Profissional	31,8	36,3	46,3	51,4	58,1	69,4	77,9	79,1	77,3	75,4
IFES (Pessoal + Funcionam.)	27,3	28,0	32,8	34,7	35,5	39,1	41,8	40,7	40,4	41,4
IFET (Pessoal + Funcionam.)	2,4	3,0	5,8	7,1	8,0	9,4	11,0	11,7	12,3	12,7
Hosp. Univ (Pessoal + Func.)	0,8	3,6	4,5	4,8	5,1	5,7	6,3	8,4	8,8	9,6
Bolsas + Assist. Estudante	1,1	1,5	1,7	2,2	2,9	5,2	6,4	8,2	5,3	4,4
FIES (Admin. + Imp. Primário)	0,2	0,2	1,5	2,5	4,9	6,6	7,9	7,1	8,4	6,9
Pronatec	-	-	-	-	1,7	3,5	4,6	2,9	2,2	0,5
Educação Básica	18,9	23,6	26,6	32,5	37,2	38,3	39,1	38,9	37,4	34,6
Fundeb +	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salário Educação	14,6	17,8	19,6	24,8	26,9	26,3	27,2	28,3	27,0	25,1
PNAE + DDE + TE + PNLD	4,3	5,7	7,0	7,6	9,9	11,2	10,0	8,7	8,5	7,6
Demais	-	-	-	-	0,4	0,9	1,9	1,9	1,9	1,9
Outros	10,7	11,2	17,0	14,9	17,2	11,6	13,1	9,0	9,0	7,2
Pessoal	3,3	4,5	6,6	6,2	9,5	4,6	6,8	3,9	4,7	3,4
Demais	7,4	6,7	10,4	8,6	7,7	7,0	6,3	5,1	4,3	3,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tesouro Nacional

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A expansão do Ensino Superior também ocorreu por meio das instituições Privadas, tanto via ensino à distância (EaD) quanto presencial.

Esta dimensão do Ensino Superior privado foi consequência de duas políticas: Programa Universidade para Todos (Prouni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O Prouni é um programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudos integrais ou parciais (50%) de acordo com a renda em Instituições de Ensino Superior privadas, criado pela Lei 11.096/2005.

Esta alocação de recursos para o ensino superior ficou comprometida pela proposta de Novo Regime Fiscal do Governo Temer (2016- 2018), firmado na Proposta de Emenda Constitucional 241/ 2016, depois confrontada no Senado como PEC 055/ 2016, e aprovado como Emenda Constitucional EC 95/ 2016.

Como analisado por Vazquez (2016), a proposta impõe um limite para o aumento do gasto público federal definido pela inflação do ano anterior, por um período de 20 anos. Assim, o gasto público ficaria estagnado em termos reais, retirando a decisão de gasto da esfera da política ao estabelecer um indexador econômico fixo, que não possui qualquer relação com capacidade de arrecadação (receita) ou com as demandas por bens e serviços públicos (despesa), que são as variáveis centrais de qualquer governo.

Pela Tab. 3, pode-se ver a simulação dos efeitos da EC 95 para os setores sociais. No que tange a Educação, vê-se que a queda seria de 39% nos recursos federais, comparando-se o gasto efetivo dos Governos Lula e Dilma, e a simulação de gasto do Plano Temer/ Meireles. Assim, como salientado por De Azevedo (2016), a EC 95/ 2016 inviabilizaria o cumprimento das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação para a educação superior, pois um PNE condizente com a Constituição Federal exigiria maior participação financeira da União, ou seja, ao invés de impor limite aos gastos sociais da União é preciso ampliá-los.

Tabela 3: Gastos Realizados e a Simulação da PEC 241, com valores agregados para períodos 2003- 2015 (R\$ bilhões, valores reais de dezembro/ 2015, IGP-DI)

	Gasto Efetivo Governos Lula e Dilma	Gasto Simulado Plano Temer	Diferença
Assistência Social	638,51	200,83	-68,5%
Educação e Cultura	1.140,14	686,2	-39,8%
Saúde	955,08	701,66	-26,5%
Previdência	5.220,90	3.519,11	-32,6%
GSF Total	8.689,98	5.481,39	-36,9%

Fonte: Elaboração própria a partir de Vazquez (2016)

CONCLUSÕES

Diante deste cenário, o Plano Nacional de Educação 2014- 2024 estaria ameaçado, podendo chegar em seu último ano de vigência não tendo cumprido as metas, em razão do restrito orçamento. Isto porque, o Novo Regime Fiscal, instituído por meio da aprovação da Emenda Constitucional 95/ 2016, pauta-se numa concepção de que o enfrentamento da crise fiscal passa necessariamente pelo corte de gastos sociais e, conseqüentemente, pela restrição de direitos. Desta forma, o setor educacional, com ênfase no ensino superior, está ameaçado pelas novas políticas fiscais, fazendo regredir grande parte das políticas de expansão e democratização (Rossi; DE Oliveira; Arantes, 2017). Nesse rumo, seriam freados os objetivos de expansão no número de vagas, reestruturação do Reuni, expansão do FIES, ampliação do ensino a distância, dentre outras metas.

Referências:

CAMPELLO, T. Faces da desigualdade no Brasil, um olhar sobre os que ficam para trás. Colóquio Internacional: O desafio da igualdade no Brasil e na América Latina. FLACSO Brasil e CLACSO. Org. Tereza Campello, v. 80, 2017.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. Educação e Sociedade, v. 25, n. 88, p. 677-701, 2004.

DE AZEVEDO, Mário Luiz Neves. O Novo Regime Fiscal: A Retórica da Intransigência, o Constrangimento da oferta de bens públicos e o comprometimento do PNE 2014-2024. Tópicos Educacionais-ISSN: 2448- 0215, v. 22, n. 1, 2016.

DIAS SOBRINHO, José. Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. Avaliação: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, p. 13-62, 2002.

ROSSI, Pedro; DE OLIVEIRA, Ana Luiza Matos; ARANTES, Flávio. Austeridade e impactos no Brasil: Ajuste fiscal, teto de gastos.

VÁZQUEZ, D. O plano temer meireles contra o povo: o desmonte social proposto pela pec 241. **Plataforma Política Social**, 2016.